

## PERSPECTIVA DE GÊNERO E DA SOCIOLOGIA ECONÔMICA

Carina Géssika Irineu do Monte <sup>1</sup>

### RESUMO

O presente artigo visa discutir questões referentes aos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) a partir das contribuições da sociologia econômica, como: divisão sexual do trabalho, trabalho produtivo e reprodutivo, além das divisões de áreas existentes nas atividades de ATER analisadas sob a perspectiva de gênero. As perguntas que direcionaram esta pesquisa foram: Quais as possíveis contribuições da sociologia econômica para a compreensão da extensão rural no Brasil? Como a perspectiva de gênero contribui para a compreensão da dinâmica dos serviços de ATER? Para isso, a metodologia utilizada baseou-se em revisão de literatura articulando teóricos que debatem ATER, a partir de discussões da sociologia econômica e da análise da perspectiva de gênero de Marcela Lagarde, já que as relações de gênero são construídas em todas as ações do nosso cotidiano. Foi a partir de uma racionalidade diferenciada para o trabalho das mulheres e dos homens na extensão rural, que as atividades das mulheres eram consideradas atividades complementares as dos homens. As considerações apontam que os processos de socialização destinados aos gêneros na execução dos serviços de ATER foram diferenciados, constituindo espaços e estereótipos a partir da “natureza” biológica de homens e mulheres, que tem resultado e perpetuando desigualdades de gênero.

**Palavras-chave:** Assistência Técnica e Extensão Rural; Divisão Sexual do Trabalho; Gênero.

### ABSTRACT

This article aims to discuss issues related to Technical Assistance and Rural Extension (ATER) services from the contributions of economic sociology, such as: sexual division of labor, productive and reproductive work, as well as the division of existing areas in ATER activities analyzed under the gender perspective. The questions that guided this research were: What are the possible contributions of economic sociology to the understanding of rural extension in Brazil? How does the gender perspective contribute to understanding the dynamics of ATER services? For this, the methodology used was based on a literature review articulating theorists that debate ATER, from discussions of economic sociology and analysis of the gender perspective of Marcela Lagarde, since gender relations are built in all actions of the our daily life. It was from a differentiated rationality for the work of women and men in the rural extension, that the activities of women were considered the complementary activities of men. The considerations point out that the socialization processes aimed at genders in the execution of ATER services were differentiated, constituting spaces and stereotypes from the biological “nature” of men and women, which has resulted and perpetuating gender inequalities.

**Keywords:** Technical Assistance and Rural Extension; Sexual Division of Labor; Gender.

### INTRODUÇÃO

Este artigo visa discutir questões referentes aos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) a partir das contribuições da sociologia econômica, como: divisão

---

<sup>1</sup> Graduada em Economia Doméstica na Universidade Federal Rural de Pernambuco- PE. Mestra em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Tocantins- TO. Extensionista Rural do Instituto de Desenvolvimento Rural do estado do Tocantins. [carinagimonte@gmail.com](mailto:carinagimonte@gmail.com).

sexual do trabalho<sup>2</sup> e as divisões de áreas existentes nas atividades de ATER analisadas sob a perspectiva de gênero.

O interesse em discutir estes temas, se dá principalmente pela forte divisão de áreas existentes<sup>3</sup> nas instituições que executam os serviços de ATER, sendo elas consideradas social e econômica, (WOLTMANN, 2017; SILIPRANDI, 2002). Desse modo, objetivando contribuir com as referidas discussões, se faz necessário compreender a perspectiva de gênero já que, discutir as temáticas acima mencionadas, perpassam por representações sociais e relações de poder entre e intra gêneros.

Desse modo, a perspectiva de gênero permite analisar homens e mulheres como sujeitos históricos, construídos socialmente, resultando das relações produzidas na sociedade, além da construção social e subjetiva a partir das ressignificações da cultura, sociedade, história e política das mulheres e com as mulheres (LAGARDE, 1996).

Para este estudo, a perspectiva de gênero é importante por apontar possibilidades de análises e compreensões de aspectos e características que delimitam homens e mulheres de maneiras diferentes, específicas e semelhantes; bem como, dar visibilidade as desigualdades existentes como parte importante do desenvolvimento, da sociedade e da democracia (LAGARDE, 1996). A respectiva perspectiva está baseada na teoria de gênero e no paradigma da cultura feminista e teórico crítico- histórico, fundamentada a partir da crítica ao mundo androcêntrico (LAGARDE, 1996).

Nesse contexto, a divisão sexual do trabalho, trabalho produtivo e reprodutivo, e divisões de áreas dentro dos serviços de assistência técnica e extensão rural, também são construções sociais que perpassam as questões de gênero<sup>4</sup>.

Sendo assim, entende-se por serviços de ATER:

Serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais (BRASIL, 2010).

---

<sup>2</sup> Entende-se por divisão sexual do trabalho: “forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos.” (HIRATA E KERGOAT, 2007, p. 599).

<sup>3</sup> Econômica, social e ambiental.

<sup>4</sup> Considera-se gênero um espaço de luta política, conflitos, busca de conhecimento e interesses de poder (SCOTT, 2012). Bem como, considera-se igualdade de gênero como elemento importante no processo de desenvolvimento, não só vista como uma questão de justiça social, mas, também, com seus efeitos econômicos positivos, conforme pontua Miranda e Barroso (2013).



A extensão rural também pode ser entendida como uma política pública<sup>5</sup> de atividades educacionais complementares à educação formal voltada ao pequeno agricultor (PINHEIRO, 2016).

A ATER no Brasil iniciou-se como uma política de governo, intitulada como Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), elaborada em 2003, mas substituída pela Lei nº 12.188/2010 instituída como Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER, atualmente como política de Estado (ANDRADE, 2015).

De modo geral, os serviços de ATER são destinados aos/as produtores/as rurais, especialmente agricultores/as familiares e empreendedor/a familiar rural. São considerados/as agricultores/as familiares e empreendedor/a familiar rural aqueles/as que: não detenha área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; que se utilize da mão de obra predominantemente familiar na gestão de seu estabelecimento rural; dirija seu estabelecimento com sua família e possua um percentual mínimo a partir de suas atividades econômicas, estabelecida pelo Poder Executivo (BRASIL, 2006). Dentre eles estão: assentados da reforma agrária, quilombolas, pescadores/as artesanais, extrativistas e povos indígenas (ANDRADE, 2015).

Cabe salientar que, a justificativa para inserção de projetos extensionistas para o Brasil surgiu através de estudos encomendado pelo Estado que identificou que as péssimas condições de vidas no meio rural estavam atreladas à falta de conhecimento dos pequenos produtores, baixa incorporação tecnológica, que impossibilitava o desenvolvimento da agricultura e da indústria brasileira (PINHEIRO, 2016b; DINIZ, HESPANHOL, 2014).

Cabe salientar que, durante anos, a compreensão de desenvolvimento situou-se como sinônimo de crescimento econômico, permanente e ilimitado; contudo, a partir, principalmente, da segunda Guerra Mundial, vários autores vêm criticando esta visão (OLIVEIRA, 2002; COSTABEBER, CAPORAL, 2002), e colocando-as como questões diferentes, mas que se relacionam.

Para Oliveira (2002, p. 40) “o desenvolvimento deve ser encarado como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política e, principalmente, humana e social”. A discussão do desenvolvimento numa perspectiva mais ampla exprime o

---

<sup>5</sup> Sobre políticas públicas, entende-se como instrumentos que visam possibilitar redução de desigualdades (ANZILAGO, WELCH, 2015); Souza (2006, p.26) acrescenta: como um campo de conhecimentos que objetiva “colocar o governo em ação”, averiguar ações, e se necessário, propor mudanças durante sua execução; permite também evidenciar os planos de governo, bem como, o que foi realizado de fato; é uma ação intencional, com metas e objetivos a serem atingidos.



desenvolver as potencialidades culturais, sociais, ambientais, e econômicas de uma sociedade em sintonia com seu entorno ambiental e com seus valores éticos e políticos (COSTABEBER; CAPORAL, 2002).

Foi com base no modelo norte-americano que ATER foi inserida no Brasil desde a década de 40, exercida com intenção de compartilhar conhecimentos tecnológicos, difundir técnicas agropecuárias, apoiar financiamentos de crédito para investimentos e aumentar a produção agropecuária, bem como, para “melhorias nas condições de vida” para as famílias rurais (ANDRADE; JESUS, 2016, grifo nosso).

Esses corpos de formação de especialistas nestas questões foram se multiplicando e se firmando como Extensionismo Rural, como “novo tipo de ação educativa”, bem mais ampla que as escolas (MENDONÇA, 2010, p. 3, grifo da autora).

Estes “especialistas” (geralmente eram homens- agrônomos, e mulheres- economistas domésticas) da Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR) teve em seu *slogan* o modelo americano: “um agrônomo, uma professora e um jipe”, no qual cada escritório da ACAR possuía um supervisor agrícola, uma professora para assuntos administrativos e um jipe que seria o meio de transporte, para atender às respectivas áreas, visitando comunidades e famílias rurais (PINHEIRO, 2017, grifo da autora).

Atualmente, considerando existir diversas profissões que atuem na extensão rural, são extensionistas rurais- pessoas que realizam essas e outras atividades acima mencionadas, formadas em nível superior, como por exemplo: Pedagogia, Serviço Social, Economia Doméstica, Agronomia, Geografia, Engenharias (Agrícola, Ambiental, Florestal, de Alimentos, de Pesca), Medicina Veterinária, dentre outros.

Ainda sobre a execução desses serviços durante sua implementação, na década de 40, as atividades eram desempenhadas por extensionistas de ambos os sexos. Quando homens, em geral, eram veterinários ou agrônomos, no qual buscavam ensinar técnicas agrícolas e orientações sobre insumos; quando mulheres eram economistas domésticas. Assim, as economistas domésticas executavam serviços direcionando seus conhecimentos e orientações às famílias rurais nas áreas de: alimentação, higiene e habitação, consideradas como um viés social (PINHEIRO, 2016a; 2016b); ou seja, o emprego remunerado também ocupou espaços distintos a depender do sexo, estruturados numa lógica de gênero.

A partir de 1926, os ensinamentos direcionados às mulheres na Universidade Federal de Viçosa (UFV), antes chamada de Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Minas Gerais (ESAF/MG), também acompanharam os discursos norte americanos, sendo alguns deles: conter o processo do êxodo rural; inserir outras culturas e agroindústrias aos cuidados das mulheres,



mas especificamente, nas áreas da gestão da economia familiar (como na floricultura, criação de galinhas, classificação e beneficiamento do café, habitação, enfermagem, puericultura, entre outros) (LOPES, *et al.*, 2017). Nesse sentido, nota-se uma delimitação de um campo institucional de atuação das mulheres com recortes de lugares e de representações de gênero, no caso, o da esfera doméstica; além de haver acúmulo das funções na lavoura e do trabalho doméstico (PINHEIRO, 2016a; 2016b).

Neste sentido, estudo realizado por Pinheiro (2016a) sobre Estado, Extensão Rural e Economia Doméstica no Brasil, a partir da análise das categorias de gênero e classe, permitiu perceber a modelação do conceito de família e da divisão sexual do trabalho, na qual os homens eram os chefes de famílias e as mulheres responsáveis pelas atividades do lar, do trabalho da lavoura, além de exercerem o papel de esposa e mãe. E é com essas representações de gênero diferenciadas para os sexos que as atividades no mercado de trabalho, mais especificamente, nos serviços de extensão rural também se fizeram presentes.

Neste sentido, visando debater alguns temas que permeiam a extensão rural, metodologicamente, utilizou-se da revisão bibliográfica sobre a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), trabalho reprodutivo e produtivo, e as divisões de áreas existentes nas atividades de ATER a partir de contribuições da sociologia econômica. Para análise das discussões apontadas, utilizou-se a perspectiva de gênero de Marcela Lagarde (1996) por possibilitar analisar os diversos aspectos e características que permeiam homens e mulheres em suas representações sociais. Sendo assim, este artigo está dividido em três seções, sendo elas: esta introdução, discussão sobre divisão sexual do trabalho e elementos da sociologia econômica para compreensão da assistência técnica e extensão rural, bem como as considerações finais.

### **A divisão sexual do trabalho e elementos da sociologia econômica na compreensão da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)**

A gênese do conceito da divisão sexual do trabalho surgiu na França, nos anos 70, sob o impulsionamento do movimento feminista acerca do trabalho doméstico realizado pelas mulheres de forma gratuita, invisível, sem reconhecimento, dado como natural, sempre em prol do amor e do dever materno (HIRATA; KERGOAT, 2007). Dessa forma:

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos

homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.) (HIRATA; KERGOAT, 2007, p.599).

Foi a partir dessa racionalidade diferenciada para o trabalho das mulheres e dos homens na extensão rural, em que eram consideradas as atividades das mulheres complementares as dos homens (WOLTMANN, 2017), que Hirata e Kergoat (2007) explicam esta visão sobre complementariedade. Para as autoras, esta visão está pautada na abordagem funcionalista, em que a divisão de papéis entre os sexos no trabalho profissional e doméstico possibilitam a reprodução dos papéis sexuais e tomam aqui o modelo “tradicional”, no qual cabiam às mulheres assumir as responsabilidades da família e do espaço doméstico, enquanto aos homens cabia o papel de provedor. Portanto, percebe-se que essa divisão sexual do trabalho gera significados a partir das práticas desenvolvidas dentro de cada esfera.

Essa divisão sexual do trabalho tem delimitado, a partir de relações sociais de sexo/gênero, a participação de homens e mulheres na esfera da produção e reprodução. Para Hirata e Kergoat (2007), a divisão sexual do trabalho deve ir além da constatação das desigualdades, mas também mostrar que essas desigualdades são sistemáticas e refletir sobre os processos utilizados pela sociedade nessa diferenciação para hierarquizar as atividades (sejam elas no mercado de trabalho, no trabalho doméstico, nas profissões e nos ofícios), e, por conseguinte os sexos, ou seja, num sistema de gênero.

Durante a implementação da Extensão Rural no Brasil, permearam dois momentos históricos, o Estado Novo e o Golpe de 64, no qual, ocorreram momentos de difusão dos valores americanos na economia e na política, com a crise da monocultura cafeeira que potencializava um conjunto de forças pela modernização do país, manifestando valores do patriarcado, em particular a “honra” masculina e “vergonha” feminina (LOPES, 2012; LOPES; SILVA; SOUSA, 2017, p.108, grifo das autoras).

Os valores patriarcais legitimam uma desigualdade inaceitável entre os gêneros, principalmente como um sistema de opressão da mulher. O patriarcado, como uma categoria que alimenta, afirma e legitima a desigualdade de relações entre mulheres e homens em todos os espaços, não dá espaço para alterações nas posições de dominador e dominado, diferentes das relações de gênero (OLIVEIRA, CAVALCANTE, 2007).

Diante desses valores do patriarcado, em que os homens detinham o poder sobre as mulheres e as crianças, cabiam às mulheres executar as atividades do lar, cuidar e educar os/as filhos/as.

Neste contexto, cabe salientar a importância da teoria e dos métodos dos estudos feministas apontados por Dias (1992) em que é fundamental historicizar os próprios conceitos para além do gênero, como os de reprodução, família, público, sociabilidade, objetivando ultrapassar definições sem movimento e valores culturais herdados como inerente ao ser feminino.

Corroborando com os estudos de Dias (1992), Okin (2008) chama atenção para a ausência da reflexão da dicotomia do público/doméstico e que os estudos de gênero afetam esta dicotomia, e considera gênero uma categoria importante nas análises das políticas sociais, fato este já ressaltado nesta pesquisa.

Sobre o público e o privado, Okin (2008, p.309) considerou que a maioria dos estudos tende a focar o privado ao contexto da esfera familiar, mas ressalta que “o pessoal é político”. Em suas palavras:

[...] o que acontece na vida pessoal, particularmente nas relações entre os sexos, não é imune em relação à dinâmica de poder, que tem tipicamente sido vista como a face distintiva do político. E nós também queremos dizer que nem o domínio da vida doméstica, pessoal, nem aquele da vida não-doméstica, econômica e política, podem ser interpretados isolados um do outro (OKIN, 2008, p. 314).

Nesse contexto, é necessário pensar em todos esses processos interconectados, sem isolamentos, explicados na fundamentação de seus significados. Segundo Scott (1995, p.86): “Para buscar o significado, precisamos lidar com o sujeito individual, bem como com a organização social, e articular a natureza de suas inter-relações, pois ambos são cruciais para compreender como funciona o gênero, como ocorre à mudança”.

É por este motivo, e por considerar que as relações de gênero são construídas em todas as ações do nosso cotidiano, seja na construção das ciências, das profissões e do mercado de trabalho, que gênero não pode ficar de lado nessas discussões.

No âmbito da extensão rural, técnicas agrícolas e de utilização de insumos visando aumentar a produtividade, eram desempenhadas por extensionistas – homens, em geral, veterinários ou agrônomos; enquanto as extensionistas – mulheres, geralmente formadas em economia doméstica, direcionavam seus conhecimentos e orientações às famílias rurais nas respectivas áreas: alimentação, higiene e habitação, consideradas assim o viés social (PINHEIRO, 2016a; 2016b); entretanto, nota-se que os serviços de assistência técnica e extensão rural (ATER) eram desempenhados numa ótica a depender do sexo.

A própria institucionalização da Economia Doméstica, enquanto curso superior, também introduziu a partir da reprodução o modelo de feminilidade relacionada ao doméstico,

ao modelo de família nuclear, divisão social de papéis sexuais<sup>6</sup> (LOPES, 2012), características essas que também reforçaram a divisão sexual do trabalho.

Desse modo, justificados pelo discurso desenvolvimentista da época<sup>7</sup>, o Estado e os apoiadores da implementação da Extensão Rural e da Economia Doméstica atribuíram às mulheres rurais como responsáveis pela manutenção da vida, moral, civilidade, e por manter a saúde da população rural. De tal forma, associando à função da reprodução (WOLTMANN, 2017), instituída com a implantação do curso de Ensino Superior de Economia Doméstica definida como “ciência de e para mulheres” (LOPES, 2012, p. 3).

Diante disso, extrapolar as categorias fixas e universais herdadas do contexto cultural e a polaridade das posições masculino/feminina resulta em trabalhar com mudanças teóricas, rompimentos e descontinuidades históricas que permitem reconstituir processos sociais fora do enquadramento normativo (DIAS, 1992; SCOTT, 1995).

Acerca de algumas polarizações nos serviços de ATER, Siliprandi (2002, p. 42, grifo da autora) ao discutir o “social” numa Empresa Municipal de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul (EMATER/RS), pontua a existência de uma forte divisão de tarefas nesta instituição, reproduzindo uma fictícia separação entre o “social” x “econômico”. Contexto este, em que os economistas frequentemente dicotomizaram o mundo em: mercado e não mercado, racional e pessoal, eficiente e sentimental, macho e fêmea. Com essas divisões se torna mais fácil desvalorizar a atenção dada aos cuidados, à produção doméstica e ao trabalho das mulheres de modo geral (ZELIZER, 2009).

Sobre a relação bem delimitada entre economia, numa perspectiva formal, e intimidade relacionada à vida pessoal é discutida por Zelizer (2009), ao criticar a teoria dos mundos hostis e das esferas separas<sup>8</sup>. A autora demonstra como essas teorias definem fronteiras políticas, morais e sociais, bem como injustiças e desigualdades envolvem questões de gênero. A suposta divisão dual entre mundo do sentimento e da racionalidade, do mercado e da esfera doméstica, do masculino e do feminino fomenta um trabalho de poder e de exclusão, que não acrescenta nada à análise dos processos econômicos (ZELIZER, 2009). Portanto, pode-se afirmar que

---

<sup>6</sup> A divisão do trabalho, segundo a teoria patriarcal, os homens são vistos como provedores, ocupando espaços nas esferas econômicas e políticas, enquanto as mulheres ocupam espaços das esferas privadas, como os da domesticidade e da reprodução, sendo dependente dos homens e subordinadas à família (OKIN, 2008, p.308).

<sup>7</sup> Por volta da década de 40.

<sup>8</sup> A teoria do mundo hostis é entendida como a contaminação das esferas quando uma entra em contato com a outra, existindo uma divisão clara entre as relações sociais íntimas e transações econômicas, mantendo a ideia da separação; enquanto que as esferas separadas operam de formas distintas, sem relacionar-se uma com a outra (racionalidade x solidariedade; eficiência x sentimento; planejamento x impulso) (ZELIZER, 2009).

normas sociais, resultado do ambiente social, influenciam no comportamento econômico, o que corrobora com a afirmação de Siliprandi (2002, p.39) ao afirmar:

O "social" de que tratamos aqui certamente abrange a dimensão produtiva e econômica, não só na preocupação com os resultados físicos ou financeiros, ou no entendimento do porquê se adota ou não uma certa tecnologia; mas na forma como se organiza essa produção, nas relações de poder que estruturam a ação das pessoas, nas implicações que os processos de organização social trazem para as mudanças concretas na vida de todos (SILIPRANDI, 2002, p.39)

Neste mesmo sentido, Zelizer (2009) pondera que essas dualidades entre o econômico e social, privado e público, ajudam a compreender que essas dicotomias existentes não são uma divisão nítida entre as esferas econômicas e não econômicas, mas de combinações de diversas formas de relações sociais, com diferentes transações econômicas. Desse modo, a autora explica que a teoria das esferas separadas, em que existem dois domínios diferentes com princípios antagônicos, são interpretações errôneas.

Ainda conforme Zelizer (2010), questões a respeito das relações íntimas nos processos econômicos são levantadas, trazendo uma crítica à visão dos *mundos hostis* por considerar o amor, atenção, cuidado degradado pela monetarização, o que pode fundamentar políticas injustas e causar discriminações econômicas em relação às atividades do *care*. Desse modo, entende-se por *care* os cuidados e atenções dadas às pessoas de forma constante e/ou intensa, de modo a melhorar a situação de bem-estar do indivíduo.

Entender essa questão apontada por Zelizer dialoga com os estudos de Siliprandi (2002) ao apontar que, um diagnóstico realizado em 2000 e 2001<sup>9</sup> a respeito dos trabalhos desenvolvidos por extensionistas de bem-estar social realizado numa Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER do Rio Grande do Sul (tanto a nível regional e estadual/RS), que não recebiam destaque, havia pouca integração dentro das equipes nos trabalhos cotidianos e existia a divisão rígida de tarefas.

Sobre essa segregação por sexo no ambiente de trabalho, England e Folbre (2005, p. 643) explicam que estudos da sociologia econômica apontam que uma das causas e a perpetuação disto dependerão da oferta *versus* demanda. As demandas ocorrem de dois tipos:

- 1) que os empregadores se envolvam em discriminação no sentido de (consciente ou inconsciente) tratamento de homens e mulheres na contratação e colocação, ou (2) que eles usem critérios para seleção que tenham uma intenção não intencional, mas um impacto diferente por sexo (ENGLAND, FOLBRE, 2005, p.643).

---

<sup>9</sup> A autora não deixa claro quem fez esse diagnóstico.

Da terceira, ocorre pela oferta de trabalho das escolhas ocupacionais dos homens e mulheres. Essas são as três formas de analisar o aspecto da segregação ocupacional do sexo a partir da perspectiva da sociologia econômica (ENGLAND, FOLBRE, 2005), que lançam luz de uma perspectiva de separação. Então, pode-se afirmar que o Estado, no momento do incentivo implantação dos serviços de Extensão Rural, agia no sentido consciente de contratar mulheres e homens para atuarem de forma diferenciada conforme seus sexos<sup>10</sup>.

Diante disto, percebem-se como as crenças a respeito das normas de gênero afetam os comportamentos na tomada de decisões que controlam a contratação de trabalhadores/as que buscam empregos. Esse entendimento dialoga com a contribuição de Bourdieu (2002), cuja reprodução é intensamente reproduzida pelas instituições, igrejas, família, escola e Estado, fazendo parecer “natural”.

Neste sentido, Polanyi (2000), ao discutir os mercados, afirma não só existir mercados para bens, mas também para terra, dinheiro e trabalho, sendo este último, um dos elementos que mais modificou a organização da própria sociedade - a mão de obra, se tornando um acessório do sistema econômico (POLANYI, 2000), que não pode ser deixado de levar em consideração ao se tratar da sociologia econômica, bem como as normas relacionadas ao sexo que podem contribuir extremamente com a segregação (ENGLAND; FOLBRE, 2005).

England e Folbre (2005), ao discutirem gênero e sociologia econômica, trazem à contribuição de Milkman e Townsley (1994) ao apontar que as análises econômicas convencionais (ou chamada de *mainstream*)<sup>11</sup> tendem a desconsiderar as mulheres e suas atividades desenvolvidas, mesmo que as construções culturais e sociais de gênero, sua reprodução social, processos psicológicos e dinâmicas sexuais sejam fundamentais nos processos econômicos mais abrangentes.

A conceitualização da economia no século XIX tem prestado pouca atenção a temas considerados como: o papel da mulher, da família e do consumo, questões que parecem não ter relevância para a economia *mainstream* (formal, racional, com suas próprias teorias) (LEITE, 2016). Neste sentido, ainda para Leite (2016), uma das críticas feministas é direcionada à ciência econômica *mainstream*, ao questionar o modo de produção de conhecimento e a sua

---

<sup>10</sup> Apesar das questões sobre o Estado não ter sido o foco desta pesquisa, considera-se um elemento importante de análise para a compreensão do tema, por se referir aos processos históricos de implantação, mudanças e fechamento do Curso de Ensino Superior de Economia Doméstica, além da implantação e mudanças da Extensão Rural no Brasil. No entanto, este foco poderá ser aprofundado em futuros estudos.

<sup>11</sup> A economia contemporânea é descrita por modelos baseados em argumentos fortes, rígidos, tornando a realidade simples e muito abstrata para as ciências sociais. Além de possui caráter essencialista, características racionais, de aplicabilidade universal, consistente e elegante (HIRSCH; MICHAELS; FRIEDMAN, 2003).

racionalidade universal. Por isto, nota-se a importância desta discussão por tratar de espaços e serviços com delimitações específicas aos gêneros.

Sobre a concepção de economia, Polanyi (2012) explica possuir dois significados: a formal e a substantiva. A primeira refere-se ao modo em que os economistas clássicos consideram ser, proveniente da relação lógica meios- fins/ lógica de mercado, enquanto que a segunda requer uma compreensão da relação ser humano e natureza- o da subsistência humana (POLANYI, 2012).

Em seu texto “Sociedades e sistemas econômicos”, Polanyi (2000) faz uma crítica ao mercado visto como um sistema autoregulável, ou seja, sem a interferência de fatores externos, uma economia conduzida apenas pelos preços do mercado. Explica:

A divisão do trabalho, um fenômeno tão antigo como a sociedade, origina-se de diferenças inerentes a fatos como sexo, geografia, capacidade individual [...] A história e a etnografia conhecem várias espécies de economia, a maioria delas incluindo a instituição do mercado, mas elas não conhecem nenhuma economia anterior à nossa que seja controlada e regulada por mercados [...] (POLANYI, 2000, p.63).

Pode-se afirmar que a economia, numa perspectiva formal, como regra, está inserida nas relações sociais, ou seja, o indivíduo não age com interesse de fins econômicos apenas, mas de proteger seu *status*, seu patrimônio social (POLANYI, 2000).

E é a partir da compreensão da economia no seu sentido substantivo, contrapondo a ideia de sujeito universal, o do homem racional, e tendo em consideração que qualquer processo econômico é resultado de interações sociais complexas, que esta reflexão foi pensada.

### **Considerações finais**

Através desse artigo foi possível verificar que, o processo de inserção dos serviços de ATER no Brasil teve suas origens embasadas nas ideias propagadas pelos Estados Unidos, constituído por instituições públicas e privadas, a partir de um contexto histórico e político que influenciou determinadas ações. Essas ações, como, a difusão tecnológica e implementações agrícolas, levou a uma série de críticas acerca da visão dessa forma de desenvolvimento, bem como, incorporou processos de educação diferenciada para os sexos quando pensada para a extensão rural.

Dessa forma, os processos de socialização destinados aos gêneros foram diferenciados, constituindo espaços e estereótipos a partir da “natureza” biológica de homens e mulheres, que tem resultado e perpetuado desigualdades de gênero. Porém, ao considerar a perspectiva de

gênero proposta por Lagarde (1996), a reprodução desses estereótipos para homens e mulheres pode ser alterada de acordo com a cultura e historicamente, além de reconhecer o viés da perspectiva política, científica e analítica criada desde o feminismo.

Neste sentido, mesmo que mulheres estejam no espaço público, com formação de ensino superior, geralmente, há uma realização de práticas socialmente atreladas ao espaço doméstico e de representações femininas, ao trabalhar com os temas da alimentação, saúde, e cuidados com a família desde a introdução da extensão rural no Brasil. Essas questões tendem a influenciar um significado nas estruturas sociais como locais, temas e elementos simbólicos das atribuições de mulheres, a partir de uma divisão sexual do trabalho.

Nota-se com isso, a necessidade e a importância de compreender as dualidades entre: o público e o privado; trabalho doméstico e mercado de trabalho; econômico e social; do cuidado; das famílias, de modo a compreender o funcionamento dessas esferas de modo vinculado e não dissociado. Bem como, percebe-se também a necessidade de se conhecer, reconhecer, sistematizar e visibilizar os serviços realizados pelos/as profissionais da área da extensão rural, visando criar um espaço de força, criatividade, filosófica e política, além de criar estratégias para resistir a esse complexo sistema opressor e desigual.

## Referências

ANDRADE, Silvana Luna. **Desenvolvimento local, agricultura familiar e povos tradicionais: uma análise em torno da assistência técnica e extensão rural no estado de Tocantins**. 2015. 102 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local – POSMEX) – Universidade Federal Rural de Pernambuco. 2015. Disponível em: < <http://www.tede2.ufrpe.br:8080/tede2/handle/tede2/5521> > Acesso em: 11 dez. 2018.

ANDRADE, Silvana Luna; JESUS, Paulo. Desenvolvimento local, agricultura familiar e povos tradicionais: uma análise em torno da assistência técnica e extensão rural no Estado do Tocantins. **OIKOS: Revista Brasileira de Economia Doméstica**, Viçosa, v. 27, n. 02, 2016. Disponível em: < <https://periodicos.ufv.br/ojs/oikos/article/view/3737/1996> > Acesso em: 20 mar. 2018.

ANZILAGO, Julciane Inês; WELCH, Clifford Andrew. Mulheres camponesas construindo territórios agroecológicos, na luta por políticas públicas. **Revista eletrônica de ciências humanas, saúde e tecnologia**. Serra da mesa, v. 4, n. 1, 2015. Disponível em: < <https://www.revista.fasem.edu.br/index.php/fasemciencias/article/view/77/118> > Acesso em: 14 dez. 2018.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 11º ed. Tradução de Maria Helena Kuhnner. Rio de Janeiro: Bertrand, 2002. 160p.

\_\_\_\_\_. Capital simbólico e classes sociais. Tradução de Fernando Pinheiro. Introdução e notas de Loïc Wacquant, **Revista: Scielo**. Novos estudos – CEBRAP, São Paulo,

n. 96 pp. 105-115, 2013. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/nec/n96/a08n96.pdf>>  
Acesso em: 14 abr. 2018.

BRASIL, Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. **Estabelece as diretrizes para a Formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais**. Brasília, DF, 24 de jun. 2006. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm)> Acesso em: 18 fev. 2019.

BRASIL. Lei de nº 12.188 de 11 de janeiro de 2010. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária – PRONATER**. Brasília, DF, 21 de jan. 2010. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Lei/L12188.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12188.htm) > Acesso em: 20 abr. 2018.

BRASIL. Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. **Saiba como obter a declaração de aptidão ao PRONAF (DAP)**. Brasília, 31 de jul. 2016. Disponível em: < <http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/saiba-como-obter-declara%C3%A7%C3%A3o-de-aptid%C3%A3o-ao-pronaf-dap> > Acesso em: 26 dez. 2018.

CAPORAL, Francisco Roberto. **A extensão rural e os limites à prática dos extensionistas do serviço público**. 1991. 134 f. Dissertação de Mestrado. Curso de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria (RS), Santa Maria, 1991. Disponível em: < [http://www.emater.tche.br/site/arquivos\\_pdf/teses/Dis\\_Francisco\\_Caporal.pdf](http://www.emater.tche.br/site/arquivos_pdf/teses/Dis_Francisco_Caporal.pdf)> Acesso em 10 jun 2018.

\_\_\_\_\_. 11858 - Lei de Ater: Exclusão da Agroecologia e outras armadilhas. **Cadernos de Agroecologia**, [S.l.], v. 6, n. 2, dec. 2011. ISSN 2236-7934. Disponível em: <<http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/cad/article/view/11858>>. Acesso em: 20 dez. 2019.

COSTABEBER, José Antônio; CAPORAL, Francisco Roberto. **Possibilidades e alternativas do desenvolvimento rural sustentável**. Texto base da palestra proferida pelo primeiro autor durante o “I Congresso Internacional sobre Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Sustentável”, realizado no Auditório do Centro de Ciências Rurais, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 02 a 03.12.2002. Versão ligeiramente modificada deste texto foi publicada por: Costabeber, J. A.; Caporal, F. R. “Possibilidades e alternativas do desenvolvimento rural sustentável”. In: Vela, Hugo. (Org.): Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Sustentável no Mercosul. Santa Maria: Editora da UFSM/Pallotti, 2003. p.157-194.

DIAS, Maria Odila Leite Silva. Teoria e método dos estudos feministas: perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano. In: COSTA, Albertina; BRUSCHINI, Cristina (Org.) **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992. p. 39-53.

DINIZ, Raphael Fernando; HESPANHOL, Antônio Nivaldo. Da ABCAR à ANATER: trajetória e desafios da extensão rural para o Desenvolvimento Rural Sustentável no Brasil. 2014. In: VII CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 2014, Vitória: **Anais**.



Vitoria, 2014. p.1-10. Disponível em: <<http://www2.fct.unesp.br/nivaldo/Publica%e7%f5es-nivaldo/2014/ARTIGO%20ENG-2014-ATER.pdf>> Acesso em: 10 dez. 2018.

ENGLAND, Paula; FOLBRE, Nancy. Gender and Economic Sociology. In: SMELSER. J. NEIL; SWEDBERG, Richard (org.). In: **The handbook of economic sociology**. New York: Editora Second, 2005. p. 627-649.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Daniele. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. In: **Cadernos de pesquisa**, Maranhão, v. 37, n. 132, set/dez, 2007, p. 595-609. Disponível em: <<http://scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132> > Acesso em: 10 jun 2018.

HIRSCH, P.; MICHAELS, Stuart.; FRIEDMAN, Ray. “Mãos sujas” versus “modelos limpos: estará a sociologia em risco de ser seduzida pela economia? In: MARQUES, Rafael; PEIXOTO, João (Org.). **A nova sociologia econômica**. Oeiras: Celta Editora, 2003. p.103-124.

LAGARDE, Marcela. La perspectiva de género, en genero y feminismo. **Desarrollo humano y democracia**. Editora: horas e horas. España, 1996, p. 13-38. Disponível em: <[https://catedraunescodh.unam.mx/catedra/CONACYT/08\\_EducDHyMediacionEscolar/Contenidos/Biblioteca/Lecturas-Complementarias/Lagarde\\_Genero.pdf](https://catedraunescodh.unam.mx/catedra/CONACYT/08_EducDHyMediacionEscolar/Contenidos/Biblioteca/Lecturas-Complementarias/Lagarde_Genero.pdf) > Disponível em: 20 mai. 2018.

LEITE, Elaine da Silveira. Entre a economia e a crítica feminista da “racionalidade”: um esboço dos cursos de economia doméstica no Brasil. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 15, n. 33, p. 254-281, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2016v15n33p254/32896>> Acesso em: 15 dez. 2017.

LOPES, Maria Fátima. A história de um campo acadêmico feminino no Brasil. In: **IX Congresso iberoamericano de ciencia, tecnología y género**, Sevilla. 2012. Disponível em: <<https://www.bing.com/search?q=A+hist%C3%B3ria+de+um+campo+acad%C3%AAmico+feminino+no+Brasil.+&q&qs=n&form=QBRE&sp=-1&pq=&sc=0-0&sk=&cvid=FA63C25A9BBC43F89F6855675FFF09A5>> Acesso em: 06 fev. 2018.

LOPES, Maria de Fátima; SILVA, Patrícia Fernanda Gouveia da; SOUSA, Natenielli Teixeira de. Economia Doméstica e prática extensionista: Imagens e Memórias de campo disciplinar. In: SOUSA, Diogo Tourino; MORENO, Andrea; NEVES, Clóvis Andrade; VIEIRA, Luciano Baião (Org.). **Práticas e reflexões na extensão universitária: a experiência da Universidade Federal de Viçosa**. Viçosa: Editora UFV, 2017. p. 107- 129. ISBN: 978-85-7269-580-0.

OKIN, Susan Moller. Gênero, o público e o privado. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.16, n.2, p. 305- 332, set. 2008. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2008000200002/8618>> Acesso em: 12 mar. 2018.

OLIVEIRA, Anna Paula Garcia. CAVALCANTI, Vanessa Ribeiro Simon. Violência doméstica na perspectiva de gênero e políticas públicas. **Revista Brasileira de Crescimento Desenvolvimento Humano**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 39-51, out. 2007. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbcdh/v17n1/04.pdf> > Acesso em: 10 fev. 2018.



OLIVEIRA, Gilson Batista de. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista FAE**, Curitiba, v.5, n.2, p.37-48, maio/ago. 2002. Disponível em: <<https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/view/477/372>> Acesso em: 20 de nov. 2018.

PINHEIRO, Camila Fernandes. **Estado, Extensão Rural e Economia Doméstica no Brasil (1948-1974)**. 2016a. 183 f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal de Fluminense. Niterói, RJ, 2016a. Disponível em: < <http://www.historia.uff.br/stricto/td/2038.pdf> > Acesso em: 20 de jun. 2017.

\_\_\_\_\_. Gênero e Extensão Rural: a Universidade Rural de Minas Gerais e o saber voltado para mulheres (1952- 1969). In: Entre o local e global, Anais do XVII Encontro de História da Anpuh, 2016b, Rio de Janeiro. **Anais**. ISBN: 978-85-65957-05-2. p. 01-09. Disponível em: <[http://www.encontro2016.rj.anpuh.org/resources/anais/42/1465603784\\_ARQUIVO\\_Anpuh\\_RJ2016\\_CamilaPinheiro.pdf](http://www.encontro2016.rj.anpuh.org/resources/anais/42/1465603784_ARQUIVO_Anpuh_RJ2016_CamilaPinheiro.pdf)> Acesso em: 10 abr. 2018.

\_\_\_\_\_. A economia doméstica como forma de controle sobre a mulher do campo: extensão rural e trabalho feminino no Brasil (1948-1974).In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13<sup>th</sup> Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), 2017. **Artigo**. Florianópolis: 2017. p. 01- 12. ISSN: 2179-510X. Disponível em: < [http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499488488\\_ARQUIVO\\_CamilaPinheiro\\_Texto\\_completo\\_MM\\_FGINAL.pdf](http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499488488_ARQUIVO_CamilaPinheiro_Texto_completo_MM_FGINAL.pdf)> Acesso em : 08 de dez de 2017.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**. Rio de Janeiro: Campus, 2000. 337 p.

\_\_\_\_\_. **A subsistência do homem e ensaios correlatos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012. 384 p. ISBN: 978-85-7866-076-5.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n.2, p. 71-99, julho/dez, 1995. Disponível em: < <http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/SCOTTJoanGenero.pdf>> Acesso em: 21 set. 2017.

SILIPRANDI, Emma. Desafios para a extensão rural: o “social” na transição agroecológica. **Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Porto Alegre, v. 3, n. 3, jul/set., 2002. Disponível em: < [http://www.emater.tche.br/docs/agroeco/revista/ano3\\_n3/revista11\\_artigo.pdf](http://www.emater.tche.br/docs/agroeco/revista/ano3_n3/revista11_artigo.pdf) > Acesso em: 23 jan. 2018.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão de literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, Ano 8, n. 16, jul/dez. 2006. p. 20-45. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>> Acesso em: 10 fev. 2018.

WOLTMANN, Lucas. Desenvolvimento, extensão rural e gênero: O “social” e suas metamorfoses na ASCAR. **Revista Contraponto**. v. 4, n. 2, 2017. Disponível em: < <https://www.google.com/search?q=Desenvolvimento%2C+extens%C3%A3o+rural+e+g%C3%AAnero%3A+O+%E2%80%9Csocial%E2%80%9D+e+suas+metamorfoses+na+ASCAR.&aq=Desenvolvimento%2C+extens%C3%A3o+rural+e+g%C3%AAnero%3A+O+%E2%80%9Csocial%E2%80%9D+e+suas+metamorfoses+na+ASCAR.&aqs=chrome..69i57.461j0j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8>> Acesso em: 08 fev. 2018.

XV  
ENAN  
PEGE



ENCONTRO NACIONAL DE  
PÓS-GRADUAÇÃO E  
PESQUISA

ZELIZER, Viviana A. Dualidades Perigosas. **Mana**, n. 15 (1) p. 237-256. 2009. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/mana/v15n1/09.pdf> > Acesso em: 20 de jan 2018.

\_\_\_\_\_. A economia do *care*. **Civitas: Revista de Ciências Sociais**. Porto Alegre. v. 10, n. 3. p. 376-391, 2010. Disponível em: < <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/8337/5967> > Acesso em: 12 jul. 2017.